

Acessibilidade no campus da UEFS

Accessibility on the UEFS campus

Valter Santiago da Silva Filho¹

Pedro Augusto Vieira Santos²

Resumo: O texto busca problematizar a questão da acessibilidade dentro do campus da Universidade Estadual de Feira de Santana, BA. Para tanto, parte da leitura de normas e textos que tratam do assunto, mas sem restringir o entendimento da acessibilidade a um conjunto estanque de soluções. Analisa alguns aspectos do espaço construído, em variadas escalas, para então apontar a necessidade de se pensar a acessibilidade para além das normas ou para além de adequações pontuais, mas sim como solução comum ao espaço de circulação e vivência do campus.

Palavras-chave: Acessibilidade. UEFS. Patrimônio.

Abstract: The text seeks to problematize the issue of accessibility within the campus of the Universidade Estadual de Feira de Santana, BA. It starts with reading standards and texts that deal with the subject, but without restricting the understanding of accessibility to a fixed set of solutions. It analyzes some aspects of the built space, on different scales, and then points out the need to think about accessibility beyond the standards or beyond specific adjustments, but rather as a common solution for the circulation and living space of the campus.

Keywords: Accessibility. UEFS. Heritage.

¹ Valter Santiago da Silva Filho é graduando em Engenharia Civil (UEFS, Feira de Santana, BA). valtersan94@gmail.com

² Pedro Augusto Vieira Santos é arquiteto, mestre e doutor (FAU USP, São Paulo, SP), e Professor Visitante (PPGDCI UEFS, Feira de Santana, BA). pavsantos@uefs.br

Percursos no campus da UEFS

O trabalho propõe analisar o espaço construído do campus da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) no que diz respeito a alguns aspectos pontuais de acessibilidade. Tal análise busca subsidiar projetos de intervenção no espaço construído do campus, considerando não apenas as normas existentes, mas também a qualidade projetual dessas intervenções. Para tanto – e no limite do que se propõe este resumo expandido – o espaço do campus será brevemente comentado, bem como algumas dessas normas, buscando identificar os pontos mais problemáticos e já esboçar indicações projetuais, sem a pretensão de esgotar os temas ou resolver todos os problemas que se colocam a partir da questão da acessibilidade dentro do campus. A partir de leituras de artigos, normas e legislação sobre acessibilidade e inclusão, foi feito um estudo referencial sobre o tema.

É necessário deixar claro que a acessibilidade, neste texto, não diz respeito apenas ao que a norma indica, mas parte, sobretudo, da experiência pedestre dentro do campus. Essa experiência exigiria dos profissionais e órgãos responsáveis pelos projetos na UEFS um olhar mais generoso e articulado em relação ao construído, considerando variadas escalas: do objeto/edifício (pode-se pensar na acessibilidade das salas, banheiros; no desenho de rampas e escadas); do espaço entre edifícios contíguos (por exemplo, entre os edifícios dentro de um mesmo módulo; entre os edifícios de diferentes módulos; entre edifícios como biblioteca e reitoria etc.); e, se quisermos, até a escala “urbana” do campus (o deslocamento desde a entrada, passando pelo Museu Casa do Sertão, as moradias, restaurante, espaços de esportes e de lazer entre muitos outros, até sua conexão com o bairro Feira VI) ou de como os espaços comumente considerados vazios são tratados.

Parte-se, assim, de uma conclusão antecipada: o campus da UEFS não apenas não é totalmente acessível (perante as normas) como apresenta muitos problemas (ou poucas qualidades) enquanto percurso pedestre para

seus diversos usuários, independente de qualquer limitação motora que possam apresentar.

Entre normas e o desenho: projeto

A seguir, é apresentada uma breve reflexão sobre as leis, normas e decretos que discorrem sobre a acessibilidade de pessoas com deficiência (PCD), com enfoque nas que levam a limitações físicas que impossibilitam ou limitam a locomoção e seja necessária a utilização de aparelhos auxiliares como cadeira de rodas, andadores, bengalas, muletas etc. Quando falamos em acessibilidade e inclusão, deve-se levar em conta uma questão numérica que não é desprezível: pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) em 2023, mostra que o Brasil conta com cerca de 18,6 milhões de pessoas com alguma deficiência.

Segundo Diniz (2009), “deficiência não se resume ao catálogo de doenças e lesões de uma perícia biomédica do corpo, é um conceito que denuncia a relação de desigualdade imposta por ambientes com barreiras a um corpo com impedimentos”. As pessoas com deficiência enfrentam diariamente inúmeras dificuldades sociais, econômicas etc. As diversas barreiras, principalmente físicas e arquitetônicas, estão presentes em suas próprias residências, nas áreas públicas e ambientes de trabalho. Estão também presentes nos espaços educacionais, incluindo as Instituições de Ensino Superior (IES), como a UEFS. A acessibilidade é um dos principais fatores que rege a inter-relação entre a sociedade e indivíduos com deficiências (Santos, 2004).

A liberdade de locomoção é garantida a todos como um direito universal. Vários fatores dificultam ou inviabilizam a mobilidade dos indivíduos, entre estes, podem ser destacadas as deficiências físicas provocadas por comprometimentos provenientes de amputações, lesões medulares, lesões neurológicas etc.; estados temporários de limitação física ou motora; além da inadequação das vias urbanas, meios de transportes,

prédios etc. A impossibilidade de deslocar-se de forma autônoma provoca no sujeito prejuízos sociais, afetivos e intelectuais (Costa; Souza, 2014).

Segundo Camargo (2017), o conceito de Desenho Universal emerge na perspectiva inclusiva, de maneira a permitir a construção do design e da arquitetura acessíveis, que não deveria ter adaptações pontuais mas ser oferecido, de início, como universal e não excludente ou seletivo. Isso significa que o desenho universal está relacionado à garantia dos indivíduos serem tratados com igualdade, sendo atendidas as suas necessidades individuais e específicas. O decreto Nº 5296 de 2 de dezembro de 2004 define desenho universal como sendo a concepção de espaços, artefatos e produtos que visam atender simultaneamente todas as pessoas, com diferentes características antropométricas e sensoriais, de forma autônoma, segura e confortável, constituindo-se nos elementos ou soluções que compõem a acessibilidade. A NBR 9050 (ABNT, 2015) tem como objetivo estabelecer critérios e parâmetros para que sejam aplicados no projeto garantindo edificações acessíveis. Porém, o grande problema é assegurar que essas medidas de acesso realmente funcionem na prática e certificar que os parâmetros de projetos sejam executados corretamente. Mais que isso, tal norma deveria ser introjetada na cultura projetual de engenheiros, arquitetos, urbanistas e paisagistas.

Seguir a norma, entretanto, não significa chegar a um desenho único e pronto para qualquer solução, mas deveria servir de base para proposições críticas e criativas para os diversos problemas que se impõem. O que é limitação ou condicionante deveria funcionar como gerador de novas propostas, como lembra Kühl (2006) para os casos de intervenção na preexistência. Diante dessa problemática, cabe ao engenheiro civil e demais profissionais tornar o espaço urbano cada vez mais acessível, garantindo ao portador de deficiência independência e autonomia para exercer seu direito de ir e vir.

Para além da norma, o bem-estar

De todos os problemas existentes, o que mais chama atenção, ou seria uma síntese, é a falta de calçadas no campus. O problema não é serem ou não acessíveis, mas inexistentes em muitos trechos. Um primeiro estudo in loco foi feito, do qual se constata: a falta de passeios no canteiro central e entre os laboratórios práticos dos módulos 1 ao 7; falta de rotas acessíveis às áreas da biblioteca e reitoria através dos módulos teóricos; rampas e faixas de pedestres que dão acesso ao canteiro central ao sair dos módulos, em lugares inadequados, não sendo acessíveis para pessoas com mobilidade reduzida; falta de sinalização tátil no piso em todo o espaço dos módulos para deficientes visuais.

Foto 1 e 2: Canteiro central e acesso entre os laboratórios sem calçada



Fonte: Próprio autor.

Foto 3 e 4: Falta de rampa com acesso à faixa de pedestres e falta de piso tátil.



UEFS Universidade Estadual de Feira de Santana
PPGDCI Desenho, cultura e interatividade

Fonte: Próprio autor.

A planta geral da UEFS, disponibilizada pela GEPRO (Gerência de Projetos da UEFS), tampouco apresenta as calçadas em sua representação. Parte do trabalho consiste, assim, em incluir aquelas que existem no desenho e sinalizar os locais (externos às edificações) que estão em desacordo com as normas de acessibilidade.

O resultado esperado é uma revisão da planta geral da UEFS, mostrando com imagens os locais em desconformidade com a norma e indicando suas possíveis soluções. O trabalho mostrará em projeto os locais que passarão por mudanças. No projeto estão as novas calçadas, novas rampas de acesso à rua e ao canteiro central, novos acessos às áreas da reitoria e biblioteca, além também dos pisos táteis.

Deve-se insistir que a adequação desses percursos à acessibilidade deveria ultrapassar o cumprimento da norma: ao serem projetados caminhos, além da acessibilidade, devem ser considerados espaços de estar e contemplação que, no caso do campus da UEFS, deve levar em consideração a própria vegetação, as possibilidades de áreas sombreadas e as visadas. O que equivale a pensar também na instalação de mobiliário. No caso de estruturas como guarda-corpo e corrimão, os mesmos devem ser desenhados para cada situação específica, pois a norma indica parâmetros mínimos, mas não desenhos prontos (e por desenho, dentro do projeto, entende-se não apenas o dimensionamento mas a escolha de materiais, cores, soluções formais de ancoragem etc.).

Considerações finais

Pode-se verificar que a maioria dos espaços avaliadas não estão em sua totalidade acessíveis para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, o que dificulta o acesso aos espaços da universidade para estes indivíduos, prejudicando o processo de inclusão.

As principais barreiras arquitetônicas encontradas durante o estudo foram: falta de rotas acessíveis em toda a universidade e falta de piso tátil para deficientes visuais. Um ponto positivo encontrado na universidade é o acesso caminho que passa pelos Módulos Teóricos (MTs) e que são interligados do módulo 1 ao 7.

Este trabalho se mostrou proveitoso no estudo da acessibilidade e inclusão no campus universitário, indicando e buscando adequações nos ambientes estudados. Ademais, como espaço de formação por natureza, o campus universitário deveria ser exemplar na demonstração de como a acessibilidade é algo não apostado, mas constituinte do espaço construído em nossas cidades hoje.

Agradecimento

À GEPRO por ter cedido os projetos existentes e demais funcionários da UEFS que fizeram parte do estudo.

Referências

CAMARGO, Eder Pires de. Inclusão social, **educação inclusiva e educação especial**: enlaces e desenlaces. Ciênc. educ., Bauru, v. 23, n.1, jan./mar. 2017

COSTA, Marisa Fernanda Leão da; SOUZA, Christianne Thatiana Ramos de. ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO DE CADEIRANTES NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, vol. 9, núm. 2, abril-junio, 2014, pp. 459-469

DINIZ, Debora; BARBOSA, Livia; SANTOS, Wederson Rufino dos – 2009. Deficiência, Direitos Humanos e Justiça. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-64452009000200004> Acessado em 26 set 2023.
<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/julho/brasil-tem-18-6-milhoes-de-pessoas-com-deficiencia-indica-pesquisa-divulgada-pelo-ibge-e-mdhc>. Acessado em 20 set 2023.

KÜHL, Beatriz Mugayar. Restauração hoje: método, projeto e criatividade. **Designio**. São Paulo, 2006, n. 6. pp. 19-34.

SANTOS, L. K. S. Diretrizes de arquitetura e design para adaptação da habitação de interesse social ao cadeirante. 2004. 228f. Dissertação (Mestrado em Construção Civil) – Pós-graduação em Construção Civil, Setor de Tecnologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.